

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** — Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e União Federal — Estado do Rio de Janeiro — Tarifa Social — Subclasse de Baixa Renda — Decreto n.º 4.336/02 — Resoluções ANEEL n.º 485/02 e 694/03 — Liminar Deferida — *Processo n.º 2004.5101002975-0 — 11.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro — Estado em Juízo — Francesco Conte, Leonardo Espínola e Sergio Pimentel Borges da Cunha*..... 363
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** — Parmalat do Brasil S/A Indústria de Alimentos — Estado do Rio de Janeiro — Prejuízo da Economia Fluminense — Indisponibilidade da Venda de Bens Afetados à Produção, Industrialização e Comercialização de Laticínios — Liminar Deferida — *Processo n.º 2004.026.000354-0 — 2.ª Vara da Comarca de Itaperuna — Estado em Juízo — Francesco Conte e Sergio Pimentel Borges da Cunha*..... 348
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** — Sindicato dos Servidores da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — Estado do Rio de Janeiro — Declaração de Ilegalidade da Greve dos Agentes Penitenciários — Liminar Deferida — *Processo n.º 2004.001.071875-4 — 8.ª Vara da Fazenda Pública da Capital — Estado em Juízo — Francesco Conte*..... 356
- AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS** — Município do Rio de Janeiro — Estado do Rio de Janeiro — Convênio — Desocupação do Complexo Prisional Frei Caneca — Decreto Municipal n.º 23.446/2003 — Denúncia Desmotivada do Convênio — Responsabilidade Civil do Município — Danos Materiais e Morais — *Estado em Juízo — Francesco Conte*..... 378
- ADIN N.º 815-3** — Constituição e o Ordenamento Jurídico — Incompatibilidades — Antinomias (Conflito de Normas) — Colisão de Princípios — Incoerências (Conflitos de Valor) — Inconstitucionalidade e Ilegitimidade — Ordem de Valores Supralegais — Conceito de Valor — Direito Constitucional Escrito — Norma Constitucional de Grau Inferior em face de Norma Constitucional de Grau Superior — Norma Constitucional Violadora de Direito Supralegal Positivado na Constituição — Direito Constitucional não Escrito — Violação aos Princípios Constitutivos não Escritos perante o Sentido da Constituição — Sistema Misto de Controle — Controle de Legitimidade da Norma — *Normas Constitucionais Inconstitucionais — André Luiz Carvalho Estrella*..... 39
- ARAGÃO, Alexandre Santos** — Retorno de Lanchas que a Concessionária havia se comprometido a reformar à Posse do Poder Concedente — Possibilidade, desde que, concomitante (no mesmo Termo Aditivo), seja recomposta a Equação Econômico-Financeira favoravelmente ao Estado através da Formalização de Novo Plano de Investimentos — *Parecer n.º 01/2003*..... 319

B

- BARBOSA MOREIRA**, José Carlos — Lei n.º 10.352/01 — Modificação do Artigo 451 do CPC — Regras de Obrigatoriedade do Reexame em Segundo Grau das Sentenças Desfavoráveis à Fazenda Pública — “Apelação Voluntária” — Princípio da Isonomia — Interesse Público — Repercussão Prática — *Em Defesa da Revisão Obrigatória das Sentenças Contrárias à Fazenda Pública*..... 116
- BARROSO**, Luís Roberto — Regime Constitucional da Previdência Social no Brasil — Alguns Dados acerca da Realidade Material — Algumas Causas da Crise da Previdência Social no Brasil — Novas Regras do Modelo Permanente — Situação dos Aposentados e dos que já haviam Adquirido Direito à Aposentadoria quando da Promulgação da EC n.º 41, de 2003 — Regras de Transição para os Servidores em Atividade, que ainda não haviam Adquirido Direito à Aposentadoria — Segurança Jurídica e Direito Intertemporal — Direito Adquirido: Conteúdo e Alcance — Algumas Questões Controvertidas — Contribuição de Inativos — Mudanças das Regras de Aposentadoria e Pensão — Constitucionalidade e Legitimidade da Reforma — *Constitucionalidade e Legitimidade da Reforma da Previdência (Ascensão e Queda de um Regime de Erros e Privilégios)*.. 185

C

- CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL** — Fundação Teatro Municipal — Corpo Artístico — Não existência, no Presente Administrativo, da Comprovação de qualquer Vício que possa macular o Bom Desenvolvimento do Certame Público ora Debatido — Improvimento da Denúncia formulada — *Parecer n.º 09/2002 — Luiz Fernando Rodrigues dos Santos*..... 285
- CONTE**, Francesco — Discurso em sua Cerimônia de Posse no Cargo de Procurador-Geral do Estado..... 433
- CONTRATO DE SEGURO** — Relações Institucionais no Âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados — Ação do Estado no Domínio Econômico e o Moderno Processo de Agencificação — Papel Regulatório da Susep e do Cnsp e as Agências Reguladoras — Auto-Regulação e a Teoria da Captura — *As Novas Formas de Regulamentação do Mercado e o Sistema Nacional de Seguros Privados. A SUSEP e as Agências Reguladoras. A Auto-Regulação e a Teoria da Captura — Raul Teixeira*..... 176
- CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA** — Servidores Públicos Estatutários — Inexigibilidade — Inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho — Impossibilidade da Restrição à Liberdade Sindical — Violação aos Princípios da Reserva Legal e da Isonomia — *Parecer n.º 04/2003 — Fernando Barbalho Martins* 327

D

- DEPÓSITO JUDICIAL** — Eventual Continuidade do Curso da Mora depois que o Contribuinte efetua Depósito Judicial do Montante Devido — Cotejo do Artigo 3.º, § 1.º, da Lei Fluminense n.º 1.582/89, com o Artigo 178, *caput*, do Código Tributário Estadual — Depósito integral que, acarretando Inexigibilidade do Crédito Tributário (CTN, Artigo 151, II), afasta a Mora por parte do Contribuinte — Precedente do STJ — *Parecer n.º 12/2003 — Sérgio Eduardo dos Santos Pyrrho*..... 280

E

- ESTADO REGULATÓRIO** — Ordem Econômica e Reforma do Estado — Pluralismo Social e Desmonopolização do Poder: Fundamentos de Legitimidade da Atividade Regulatória — *A Legalidade Democrática das Agências Reguladoras — Fernando Barbalho Martins* 66
- EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO** — Dação em Pagamento de Bens Móveis de Interesse do Estado — Produtor Exclusivo — Inexigibilidade de Licitação — Pagamento com os Benefícios da Anistia imposta pela Lei 3.889/02 — Direito do Contribuinte que preencheu as Condições em Época Própria, aguardando Resposta do Estado — *Parecer s/n.º/2003 — José Carlos Tavares de Moraes Sarmento*..... 303

F

- FUNDO DE COMBATE À POBREZA** — Leis do Estado do Rio de Janeiro n.º 4.056/2002 e 4.086/2003 — Comprometimento considerada a Dívida para a União — Liminar Deferida — *Ação Cautelar n.º 231-1 STF*..... 345

I

- ICMS** — Cooperativismo — Tratamento Adequado — Distinção entre Cooperativas de Consumo e Cooperativas de Produção e de Transporte — *Gustavo de Amaral Martins — ICMS e Cooperativas: Há um “adequado tratamento ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas”?* 90

L

- LEI N.º 3.467/00** — Visão Geral e Definição de Infração Administrativa Ambiental Estadual — Das Sanções e sua Aplicação — Da Fiscalização — Do Recolhimento — Das Multas — Processo Administrativo Ambiental — Da Medida Cautelar Administrativa — *Infrações Administrativas Ambientais no Estado do Rio de Janeiro — Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas* 239

LICITAÇÃO INTERNACIONAL — Proposta feita em Dólar Americano — Pleito dos Adjudicatários alegando Desequilíbrio Econômico por Força da Desvalorização do Dólar perante o Real e Aumento dos Insumos — Pressupostos da Revisão — Artigo 65, II, *d*, da Lei n.º 8.666/93 — Verificação desta Revisão pertinente apenas em Momento Futuro — Inteligência do Artigo 42, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93 — Descabimento do Pleito de Conversão da Proposta de Dólar para Real, considerando a Data de Câmbio da Apresentação da Proposta — *Parecer n.º 04/2003 — Flávio Amaral Garcia*..... 335

M

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA com pedido de liminar — União Federal — Estado do Rio de Janeiro — Fundo de Combate à Pobreza — Lei Estadual n.º 4.056/2002 — Receita Líquida Real (RLR) — *Ação Cautelar n.º 231-1 — Estado em Juízo — Francesco Conte, Luís Alberto M. Garcia de Sousa e Cristina Aires Correa Lima*..... 390

N

NEVES, Sérgio Luís Barbosa — Discurso em sua Cerimônia de Transmissão do Cargo de Procurador-Geral do Estado..... 437

O

OLEODUTO DA PETROBRÁS — Alcance Nacional ou Regional da Obra — Licenciamento Ambiental Prévio — Competência Comum da União e dos Estados — Interpretação do Artigo 10, § 4.º, da Lei Federal n.º 6.938/81 — Inconstitucionalidade e Ilegalidade dos Artigos 4, 5 e 6 da Resolução CONAMA n.º 237/97 — *Parecer n.º 01/2004 — Luiz Eduardo Lessa Silva* 312

P

PONDERAÇÃO DE INTERESSES — Colisões entre Princípios de Direito — Distinção entre Princípios e Regras — Antinomias Normativas — *Esboço de uma Teoria da Ponderação Independente da Teoria dos Princípios — Marcelo Borges de Mattos Medina*..... 161

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE — Natureza Jurídica dos Princípios — Estrutura dos Princípios — Eficácia Jurídica dos Princípios — Alcance do Princípio da Publicidade — Princípio da Publicidade e a Função Legislativa — Princípio da Publicidade e a Função Jurisdicional — Princípio da Publicidade e a Função Administrativa — Licitações e Contratos Administrativos — Poder de Polícia — Atividade Regulatória — Atividade Financeira — *Dimensão do Princípio da Publicidade — Rodrigo Borges Valadão*..... 220

PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Décimo Terceiro Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira — Regulamento — Designação da Comissão Organizadora — Designação da Comissão Examinadora — Edital de Abertura de Inscrição — Programa — Prova Escrita Geral (Questões) — Prova Escrita Específica (Questões) — Resultado Final — Homologação..... 442

PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO À MÚSICA — Prómúsica — Edição de Guia VivaMúsica — A Administração tem o dever de observar em seus Atos e Contratos os Princípios da Segurança Jurídica, da Boa-Fé Objetiva, da Moralidade, da Economicidade — Mesmo no Caso de Contrato Nulo, a Indenização pelo que foi executado de Boa-Fé e recebido sem Ressalvas deve envolver a Integralidade da Prestação Ajustada e não apenas o Custo (que não inclui a Margem de Lucro, justamente esperada pelo Contrato de Boa-Fé) — Isso não afasta o Dever de syndicar se houve Culpa ou Dolo do Agente que deu Causa à Nulidade — Sendo certo que Tal Orientação diverge do Enunciado n.º 8 da PGE, cumpre ressaltar que os Enunciados e Pareceres têm Caráter Opinativo e não vinculam a Autoridade, que pode decidir de Maneira Diversa, por sua Conta e Risco — aqui, há, por outro lado, o Risco de o Contratado pleitear a Diferença em Juízo, com os Acréscimos Inerentes às Condenações Judiciais — Propostas de Revogação Parcial do Enunciado n.º 8 — *Parecer n.º 14/2003 — Marcos Juruena Villela Souto*..... 271

R

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Alguns Dados acerca da Realidade Material — Algumas Causas da Crise da Previdência Social no Brasil — Novas Regras do Modelo Permanente — Situação dos Aposentados e dos que já haviam Adquirido Direito à Aposentadoria quando da Promulgação da EC n.º 41, de 2003 — Regras de Transição para os Servidores em Atividade, que ainda não haviam Adquirido Direito à Aposentadoria — Segurança Jurídica e Direito Intertemporal — Direito Adquirido: Conteúdo e Alcance — Algumas Questões Controvertidas — Contribuição de Inativos — Mudanças das Regras de Aposentadoria e Pensão — Constitucionalidade e Legitimidade da Reforma — *Constitucionalidade e Legitimidade da Reforma da Previdência Social (Ascensão e Queda de um Regime de Erros e Privilégios) — Luís Roberto Barroso*..... 125

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO — Influências da Evolução da Responsabilidade no Direito Civil na Responsabilidade do Estado — Fundamento da Igualdade na Divisão das Cargas Sociais — Pluralidade de Fundamentos da Responsabilidade do Estado — *Os Fundamentos da Responsabilidade Civil do Estado — Alexandre Santos Aragão*..... 27

S

- SERVIDORES PÚBLICOS** — Pretensão de Equiparação do Vencimento-Base ao Salário Mínimo Vigente — Artigo 7.º, IV, da CF — Impossibilidade — Distinção entre Vencimento-Base e Salário Mínimo — Parecer n.º 11/2002 — Sergio Pimentel Borges da Cunha..... 298
- SIGELMANN, Hugo M.** — Reavaliação da Execução Específica — Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973 — Direito Norte-Americano — Ideal de Segurança — *Breves Notas sobre Efetividade e Segurança Jurídica sob o Novo Código Civil* 101

T

- TORRES, Ricardo Lobo** — Conceito de Legalidade Tributária — Subprincípio da Supremacia da Constituição — Superlegalidade — Reserva Constitucional de Tributação — Subprincípio da Reserva da Lei — Reserva Absoluta da Lei Formal? — Positivismo Formalista — Positivismo Sociológico e Economicista — O Não-positivismo — Extensão da Reserva Legal — Deslegalização — Delegação de Competência — Flexibilização da Legalidade nos Tributos Contraprestacionais — Reserva da Lei Complementar Tributária — Reserva da Administração — Reserva da Jurisdição — Subprincípio do Primado da Lei — Conceito de Primado da Lei — Primado do Tratado Internacional — Primado da Lei e Administração — Lei Tributária e Regulamento — Regulamento Autônomo — Primado da Lei e Jurisprudência — *A Legalidade Tributária e os seus Subprincípios Constitucionais*..... 193